

## REQUERIMENTO

**Assunto: CAPACIDADE DE INTERVENÇÃO AUTARQUICA NO BEM ESTAR ANIMAL.**

**DATA:** 22 de julho de 2020

**N/Ref<sup>ª</sup>:** BE03/2020

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Valongo, Abílio José Vilas Boas Ribeiro.

Em vários meios de comunicação social, no dia 21 de julho de 2020, o município de Valongo foi notícia pela existência de canis ilegais.

A população do concelho está descontente e não encontra resposta às suas legítimas preocupações e angústias, nem eco das suas reivindicações. São diversos os casos que têm sido denunciados, e para os quais não tem havido solução por parte do município, nomeadamente quanto a matilhas existentes.

Com a entrada em vigor da Lei 27/2016 de 23 agosto, foram disponibilizadas medidas para a criação de uma rede de centros de recolha oficial de animais e para a modernização dos serviços municipais de veterinária.

As autarquias teriam dois anos para adaptar/criar condições para aplicação da referida lei, nomeadamente na dinamização de campanhas de sensibilização para o respeito e a proteção dos animais e contra o seu abandono, na promoção de campanhas de esterilização de animais errantes e de adoção de animais abandonados, assim como promover a criação de uma rede de recolha oficial de animais que deve responder às necessidades de construção e modernização dessas estruturas, com vista à sua melhoria global, dando prioridade às instalações e maios mais degradados, obsoletos ou insuficientes.

Já em 2016, o então Bastonário dos Médicos Veterinários, Jorge Cid, mostrou-se “preocupado e apreensivo” relativamente à falta de ação dos municípios para se adaptarem às novas regras de proteção animal, nomeadamente na baixa capacidade de albergar animais.

O Bloco de Esquerda entende que as autarquias têm um papel preponderante no bem-estar animal, seja pela aplicação da Lei 27/2016 de 23 de agosto, seja por ser o representante do estado junto das populações, logo com o “privilégio” de melhor conhecer a situação no seu território.

*Assim, o Bloco de Esquerda, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis no Regimento da Assembleia Municipal de Valongo em vigor, vem, por este meio, requerer a V.Exa. que diligencie, junto do Sr. Presidente da Câmara Municipal, o esclarecimento sobre as seguintes questões:*

**Que políticas sobre bem-estar animal tem o município previstas definir e implementar? Qual a sua calendarização?**



**Que ações o executivo municipal tem efetuado, ou se propõe efetuar, para reforçar o combate ao abandono de animais domésticos, incluindo o combate à natalidade nos animais errantes?**

**Que ações o executivo tem efetuado, ou se propõe efetuar, para criar condições para que as pessoas não abandonem os animais, nomeadamente em apoios e assistência veterinária ao nível de vacinação e castração?**

**Que tipo de fiscalização tem sido efetuado por parte do executivo municipal aos Centros de recolha de animais e associações de recolha e proteção animal que possam existir no município?**

**Qual o estado de ocupação, assim como o plano de requalificação e expansão da capacidade de resposta por parte do Centro Veterinário Municipal?**

O Bloco de Esquerda Valongo,

22 de julho de 2020